

Contexto de desenvolvimento da Organização da Informação, com enfoque para a Catalogação, na Escola de Ciência da Informação da UFMG¹

Cristina Dotta Ortega

Professora da Escola de Ciência da Informação da UFMG

A Catalogação envolve o estudo dos modelos aplicáveis a registros de bases de dados, assim como a etapa da representação descritiva da produção desses registros. Enquanto tema que vem ganhando cada vez mais espaço de discussão entre professores e profissionais no Brasil, o objetivo deste trabalho é identificar os aspectos contextuais da Organização da Informação e, especificamente, da Catalogação, na Escola de Ciência da Informação (ECI) da UFMG, por meio da observação da trajetória desta Escola na eleição de temas e no modo de abordá-los, buscando fomentar a compreensão de seu momento atual e a memória institucional e nacional. Após a explicitação da abordagem do tema da Catalogação adotada neste trabalho, tratamos: da criação da graduação em Biblioteconomia em 1950, e da constituição da Escola, do percurso curricular deste curso e da análise dos trabalhos de conclusão de curso, realizados até o início da década de 1970; da constituição da pós-graduação, em 1976, seguida de análise das teses e dissertações defendidas entre 1978 (ano da primeira defesa) e 2011; e dos resultados de pesquisa dos professores, indicando alguns destaques. Finalizamos constatando a identificação de dois períodos da Escola: de meados da década de 1950 até o início da década de 1970, marcado por base conceitual e histórica dos temas e pela coerência entre os mesmos; e a partir da década de 1970 aos dias atuais, período em que tiveram início ações assim chamadas de ampliação e de abertura, cujos conteúdos nem sempre se articularam àquilo que se entendia anteriormente como especificidade da área, mas também não se articularam entre si em uma nova configuração epistemológica. Concluímos que a

¹ Agradecimentos especiais a Vera Lúcia Furst Gonçalves Abreu, professora da Escola de Ciência da Informação da UFMG, no período de 1977 a 2012, e ex-aluna, pela disposição e competência para dialogar sobre a história da Escola e para fornecer orientações a uma elaboração mais qualificada das ideias do texto.

ressignificação dos estudos de Organização da Informação, incluindo a Catalogação, simultaneamente a sua articulação com as demais sub-áreas da Ciência da Informação, deve favorecer a pesquisa e a formação profissional, assim como a contínua consolidação institucional de escolas e cursos.

Palavras-chave: *Catalogação; Organização da Informação; Escola de Ciência da Informação da UFMG*

Context of development of Information Organization – focusing on Cataloging – in the Information Science School of UFMG

Cataloging involves the study of models which can be applied to database registers as well as the phase of descriptive representation of the production of these registers. As a theme which has gained more and more space in the discussion among teachers and professionals in Brazil, the aim of this analysis is to identify the contextual aspects of Information Organization and, specifically of Cataloging, in the Escola de Ciência da Informação (ECI) – Information Science School – of UFMG. This analysis has been made observing the pathway of this institution when selecting the themes and the way of approaching them, aiming to encourage the comprehension of its present moment and the institutional and national memory. After making explicit the approach of the theme of Cataloging adopted in this work, we treat about: the creation of the Library Science course in 1950 and the constitution of the School, the curriculum pathway of this course, and the analysis of its final papers which were carried out until the beginning of the 1970s; the constitution of the post graduation course in 1976, followed by the analysis of theses and dissertations presented between 1978 (year of the first presentation) and 2011; and the results of teachers' researches, standing out some works. At the end, we identified two periods of the School: from the mid-1950s until the beginning of the 1970s, marked by conceptual and historical base of themes and by the coherence among them; and from the 1970s to the present days, when we saw the emergence of actions called

amplification and opening, whose contents did not always articulate in relation to what was understood before as specific of the area, nor did they articulate in relation to one another within a new epistemological configuration. We concluded that the resignificance of the studies of Information Organization, including Cataloging, must favor research and professional formation, as well as the continuous institutional consolidation of schools and courses.

Key words: *Cataloging; Information Organization; Information Science School of UFMG.*

1 Introdução

A pesquisa em Catalogação ganhou grande impulso em todo o mundo, após a proposta, pela IFLA², em 1998, de um modelo conceitual que subsidiasse a produção de registros bibliográficos de bases de dados, denominado Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos (FRBR). No Brasil, o tema chegou tímido, protagonizou algumas poucas dissertações e artigos e contou com a iniciativa de professores de escolas de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, o que levou à consolidação, na agenda nacional, de evento bienal sobre Catalogação. O evento tem sido promovido pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Catalogação (GEP-CAT)³, grupo informal criado por ocasião de um pequeno encontro realizado na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar, SP), em 2008. Em sua terceira edição, o – Encontro de Estudos e Pesquisas em Catalogação (EEPC), que ocorreu juntamente com o I Encontro Nacional de Catalogadores (ENACAT), nos dias 4 e 5 de outubro de 2012, na Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro⁴, incluiu mesa-redonda denominada “Panorama da pesquisa em Catalogação nos programas de pós-graduação brasileiros”. A palestra realizada nesta mesa-redonda sobre a Escola de Ciência da Informação (ECI) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) foi revista e ampliada para compor este artigo.

O objetivo do artigo é identificar os aspectos contextuais da Organização da Informação e, especificamente, da Catalogação, na ECI/UFMG, por meio da observação da trajetória desta Escola, na eleição de temas e no modo de abordá-los, buscando fomentar a compreensão de seu momento atual e a memória institucional e nacional.

Como metodologia, identificamos e exploramos artigos sobre as mudanças curriculares publicados na revista *Perspectivas em Ciência da Informação*, assim como projetos pedagógicos e programas das disciplinas

² IFLA: International Federation of Library Associations and Institutions.

³ GEP-CAT: Disponível em: <<http://gepcat.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 25 maio 2013.

⁴ Após a organização deste evento junto ao GEP-CAT, a Fundação Biblioteca Nacional está trazendo, pela primeira vez ao Brasil, o IX Encontro Internacional de Catalogadores (EIC), que ocorrerá em conjunto com o II Encontro Nacional de Catalogadores (ENACAT) entre os dias 27 a 29 de novembro de 2013, no Rio de Janeiro.

da Escola, cuja leitura foi balizada pelos diálogos informais com professores e pela vivência como docente. O período de tempo escolhido para maior detalhamento do tema na Escola é o da década de 1960 até início da década 1970, em função das novas orientações que se fazem a partir daí, dando início a uma nova fase. Considerando as diversas áreas de atuação da Escola e o tema em questão, o trabalho está organizado como segue. No tópico 1, explicitamos a abordagem adotada neste estudo para Organização da Informação e, especificamente para Catalogação, e apresentamos algumas percepções sobre seu desenvolvimento em período de tempo que corresponde ao percurso da Escola, por entendermos que é necessário construir e apresentar a base conceitual que orientou a seleção, a coleta e a análise dos conteúdos que foram realizadas no trabalho. No tópico 2, tratamos da graduação em Biblioteconomia a partir da proposta do curso em 1950 e da constituição da Escola, para então discorrer sobre o percurso curricular do mesmo e sobre a produção acadêmica realizada por meio dos trabalhos de conclusão de curso até o início da década de 1970. Quanto ao nível de pós-graduação, no tópico 3, tratamos de sua constituição, em 1976, e realizamos levantamento, categorização e análise das teses e dissertações sobre o tema da Catalogação defendidas entre 1978 (ano da primeira defesa) e 2011. Apresentamos resultados de pesquisa dos professores sobre Catalogação no tópico 4, indicando alguns destaques. Finalizamos com considerações sobre a trajetória apresentada, buscando fazer uma síntese das abordagens temáticas que sinalizam para períodos distintos da Escola e do cenário nacional, de modo a localizar e indicar os desafios hoje enfrentados para o ensino e a pesquisa na área, a partir do que podemos compreender melhor os problemas que envolvem o trabalho com Organização da Informação e, em particular, com Catalogação.

2 Abordagem adotada para a Catalogação e percepções sobre seu desenvolvimento

2.1 Abordagem adotada para a Catalogação

Definimos Organização da Informação como o conjunto de procedimentos sobre documentos voltados a propiciar seu uso por públicos específicos, segundo necessidades de informação de ordem científica, educacional, profissional, estética, de entretenimento, utilitária. O objetivo é o de promover aderência entre os produtos documentários – produzidos segundo características dos documentos e previsões de busca – e as buscas efetivamente realizadas pelos usuários. Para compreensão da Organização da Informação, é preciso conhecer seus quatro níveis de manifestação:

- conceitual: a questão da função de socialização da informação e os aportes teóricos que sustentam os meios de realizá-la, assim como os conceitos básicos adotados para processos, instrumentos e produtos;

- procedimental: metodologias para construção dos instrumentos e para seu uso; e instrumentos normativos, suas características históricas e seus princípios subjacentes;
- tecnológico: instância em que se dá a viabilização dos processos por meio das ferramentas existentes a cada época, as quais limitam os instrumentos e os processos documentários adotados; envolve a especificação das características das ferramentas mais adequadas aos processos; e
- aplicado: aplicações concretas, como as da prática profissional e das pesquisas experimentais.

No contexto da Organização da Informação, temos a Catalogação como àquela que envolve os modelos de registros de bases de dados e os aspectos teórico-procedimentais da representação descritiva. Para tanto, a Catalogação é composta pelas atividades de identificação da estrutura dos campos dos registros e de produção destes registros, por meio das operações de descrição e de elaboração de pontos de acesso descritivos.

Nesta perspectiva, a elaboração de resumos e de pontos de acesso temáticos não está contemplada. Diríamos, no entanto, que modelos de registros são, de fato, uma instância anterior às etapas da representação descritiva e da representação temática, mas que, contingencialmente, estes modelos vêm compondo estudos de Catalogação, no sentido da produção global de catálogos ou bases de dados em geral. Os termos Catalogação Descritiva e Representação Descritiva são usados especificamente para tratar da etapa da representação.

2.2 Percepções sobre o desenvolvimento do tema da Catalogação

Vertentes teórico-práticas explicam a área em sua construção histórico-conceitual e são orientadoras da concepção e consolidação de cursos de graduação em Biblioteconomia e de cursos de pós-graduação em Ciência da Informação. Essas vertentes influenciaram-se umas às outras no decorrer do tempo, sendo identificadas em suas particularidades, como segue:

- a Biblioteconomia pode ser definida por operar com sistemas e serviços voltados ao acesso à informação em uma abordagem bibliográfica; embora o ambiente da biblioteca tenha sido utilizado de modo restrito para sua explicitação, não se prescinde dos referenciais estabelecidos para este ambiente em toda sua complexidade, assim como de outros referenciais;
- a Bibliografia, enquanto conjunto de técnicas para a elaboração de produtos que representem obras de

autores, de temas, de um país, etc., continua necessária à compreensão da Organização da Informação e da área como um todo, porque estas são tributárias daquela;

- a Documentação fundamenta-se nos aspectos linguísticos que fundamentam e operacionalizam a Organização da Informação, assim como na diversidade de suportes e de tipologias documentais e na ênfase ao uso de tecnologias, além de representar proposta plausível para uma configuração da área; e
- a Ciência da Informação proposta nos Estados Unidos, surgiu como esforço de guerra para uso de documentos diversos e seu processamento automático e, embora tenha predominado, não foi nem é a única proposta.

Diferenças podem ser observadas, no entanto, nos modos de se realizar articulações e distinções entre estas vertentes, os quais se constituíram segundo dois tipos básicos de pensamento: fragmentação em “caixas” de conteúdos estanques, que apresentam algumas semelhanças entre si; e abstração sobre temas e problemáticas, que permitem consolidar área de conhecimento e de atuação profissional. Ressaltamos nosso entendimento de que, para a identificação do corpo teórico da área, é necessária a reflexão sobre estas vertentes, a partir da base fundamental que as constitui.

Foi, no contexto das vertentes teórico-práticas citadas, – a exceção de algumas abordagens de Ciência da Informação – que a Organização da Informação foi construída.

Considerando as duas primeiras vertentes, podemos dizer que práticas e estudos sobre Organização da Informação, especificamente, Catalogação, estiveram calcados em ao menos dois tipos de atividades: técnicas de produção de catálogos de bibliotecas e de ordenação de documentos do acervo, por um lado, evidenciando as atividades então denominadas Biblioteconomia, e produção de bibliografias temáticas, de obras de autores e outras, por outro lado, naquilo que se configurou como Bibliografia. A não articulação entre estas duas tarefas pautadas, respectivamente, no espaço físico ocupado pelo conjunto de documentos de uma coleção chamada acervo e na coleção de documentos que representa certos conteúdos, independente do lugar onde se encontrem os documentos, ainda hoje marca os processos realizados na área, ao contrário da tarefa mais global de produção de bases de dados sobre certos conteúdos de interesse para a elaboração de produtos diversos.

Partindo desta dicotomia, propomos que o desenvolvimento do tema tenha ocorrido segundo os modelos citados abaixo, relativamente na sequência em que apresentamos:

- códigos de catalogação (comunidade de bibliotecas) e modelos e formatos de registros para bases de dados (comunidade de informação científica);
- modelos para o ambiente da Internet como um todo, como os motores de busca;
- padrões de metadados bibliográficos, arquivísticos e museológicos;
- modelagem conceitual para produção de sistemas; e
- modelos de sistemas como taxonomias e ontologias;

Quanto a estes modelos, identificamos os seguintes movimentos:

- da divisão entre operações sobre acervos de bibliotecas (na forma de catálogos) e sobre documentos de interesse, independente de sua localização (elaboração de bibliografias), à produção de base de dados cujos documentos referenciados estão alocados em uma ou mais unidades de informação e/ou disponíveis virtualmente;
- das bases de dados construídas a partir de documentos selecionados e voltadas a públicos específicos para modelos de busca de registros na Internet, que se diferenciam quanto aos procedimentos de seleção e de representação;
- dos processos da representação descritiva e da representação temática para propostas de estruturas globais – como ontologias e taxonomias – que prescindem em alguma medida destas distinções, contemplando, em muitos casos, processos administrativos (portanto, de caráter arquivístico); e
- de normas para catálogos de bibliotecas e bases de dados bibliográficas em geral para padrões de metadados de caráter bibliográfico, arquivístico e museológico.

Como desafio atual, caberia resgatar e reforçar aspectos generalizantes de produção e gestão de registros de bases de dados, de modo a avançar na elaboração de fundamentos gerais e metodologias sobre qualquer um dos tópicos acima elencados.

3 Graduação em Biblioteconomia na UFMG

3.1 Cronologia da constituição da Escola e da Graduação em Biblioteconomia

Fatos relativos ao contexto de criação do curso de Biblioteconomia e da Escola permitem localizar o estudo sobre Catalogação na mesma, como segue, segundo artigo de Kremer (2000).

O curso de Biblioteconomia foi criado em 1950, com duração de um ano, destinado a professoras primárias, por meio de convênio entre a Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais e o Instituto Nacional do Livro (INL).

No final da década de 1940, havia cinco cursos de Biblioteconomia no Brasil (SOUZA, F., 2009) e os professores destes cursos eram, em geral, formados pelos seguintes cursos de Biblioteconomia:

- curso da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, criado em 1911 e iniciado em 1915, tendo como parâmetro a *École Nationale des Chartes*, na França, voltado a uma formação cultural e menos a uma preparação técnica, com o objetivo de formar recursos humanos para a própria Biblioteca Nacional; e
- curso da Escola Livre de Sociologia e Política, em São Paulo, criado em 1940, como uma incorporação do curso do Departamento de Cultura do Município de São Paulo, iniciado em 1936, segundo abordagem pragmática trazida dos Estados Unidos, com o objetivo de preparar tecnicamente os bibliotecários, no contexto do grande desenvolvimento cultural e de modernização que vivia a cidade de São Paulo.

Etelvina Lima cursou a Escola Livre de Sociologia e Política em 1944, para, posteriormente, criar e dirigir o curso de Biblioteconomia em Minas Gerais, além de atuar como docente no mesmo. Segundo Souza, J. (2000), inicialmente, Etelvina dividiu as disciplinas do curso com Cacilda Basílio de Sousa Reis, bibliotecária formada no Rio de Janeiro, que trouxe as tendências do curso da Biblioteca Nacional. As duas professoras apresentavam concepções diferentes em função de suas escolas de origem, o que interferiu na orientação do curso.

Em 1951, o curso passou a ser mantido apenas pelo INL, sob a denominação de Escola de Biblioteconomia de Minas Gerais. Apenas em 1963, o curso foi incorporado à Universidade de Minas Gerais (UMG), sob a denominação de Curso de Biblioteconomia de Minas Gerais, como curso anexo ao Departamento Cultural da Reitoria da Universidade. Em 1966, a Escola foi elevada à categoria de unidade da agora Universidade Federal

de Minas Gerais (UFMG), sob a denominação de Escola de Biblioteconomia.

Iniciativa que merece destaque é a publicação do primeiro número da Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG, em 1972. Até então, havia a revista *Ciência da Informação*, do IBICT, que teve início neste mesmo ano. Em seguida, surgiram as seguintes revistas: *Revista de Biblioteconomia de Brasília* (ABDF, 1973); *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação* (FEBAB, 1973), como sucessora do FEBAB: *Boletim Informativo* (1960); e *Biblos – Revista do Departamento de Biblioteconomia e História* (FURG, 1979) (SOUZA, F., 2009, p. 118). Em 1996, a Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG passou a denominar-se *Perspectivas em Ciência da Informação*, como se mantém até hoje.

Vários arranjos departamentais foram adotados. O arranjo mais coerente quanto aos conteúdos temáticos a que se referiam, já que esta coerência contribui para uma gestão mais satisfatória de suas atividades, é o que segue. Em 1973, foram criados o Departamento de Biblioteconomia e o Departamento de Bibliografia e Documentação, apontando para a configuração da área que traçamos inicialmente. O Departamento de Biblioteconomia tinha como foco o trabalho em bibliotecas, seus acervos e públicos locais. O Departamento de Bibliografia e Documentação se ocupava das disciplinas de formação cultural geral, disciplinas voltadas ao trato com documentos e elaboração de produtos, independente da instituição biblioteca e seu acervo local, e das disciplinas de automação e processos de recuperação da informação. Estágio Obrigatório, Seminário para Elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso e Estudos dos Problemas Brasileiros I e II eram disciplinas de responsabilidade compartilhada entre os dois Departamentos. Posteriormente, na década de 1990, os Departamentos passaram a denominar-se, respectivamente, Departamento de Teoria e Gestão da Informação (DTGI) e Departamento de Organização e Tratamento da Informação (DOTI). A análise da distribuição das disciplinas, nesta mesma década até os dias de hoje, permitiu constatar inconsistências na especificidade dos Departamentos, diferentemente da configuração e dos modos de funcionamento que antecederam o atual arranjo.

Em 2000, houve a mudança do nome da Escola de Biblioteconomia para Escola de Ciência da Informação. A justificativa foi a de que o nome Biblioteconomia não estaria condizente com as atividades então exercidas na Escola. Um levantamento de escolas que mudaram seu nome, incluindo a palavra “informação” reforçou a decisão, a qual foi apoiada pela resposta negativa à consulta feita aos chefes do Departamento de Ciência da Computação e do Departamento de Comunicação Social sobre possíveis cruzamentos entre os saberes definidores de sua atuação (BARBOSA *et al.*, 2000).

Como iniciativas mais recentes da Escola, temos a implementação da graduação em Arquivologia no primeiro semestre de 2009 e da graduação em Museologia no segundo semestre de 2010, no contexto do

Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), do Ministério da Educação, para expansão do ensino superior no país. A alocação dos professores dos novos cursos entre os dois Departamentos aprofundou o problema da gestão citado anteriormente e colocou, na pauta das discussões, o questionamento sobre a antiga indefinição dos campos de atuação departamental. Do mesmo modo, a denominação Ciência da Informação é questionada como abarcadora dos três cursos de graduação, menos pelas possibilidades de compreensão de elementos comuns e sua articulação, e mais pelas contingências da proposta que contou com as disciplinas e os professores da Escola como base instalada para a concepção e funcionamento dos dois novos cursos.

3.2 Trajetória curricular da Graduação em Biblioteconomia

Para tratar da graduação em Biblioteconomia quanto às disciplinas de Organização da Informação e especificamente quanto às disciplinas de Catalogação, apresentamos o que segue, tomando como base os artigos de Cesarino e Vianna (1990), Cesarino (1973), e Assunção e Fiuza (1974), Abreu e Campello (2000; 2004) e os projetos pedagógicos e programas de disciplinas citados ao final deste artigo.

Quando o curso teve início em 1950, com duração de um ano, havia cinco disciplinas: Bibliografia e Referência, Catalogação, Classificação, História da Literatura, História do Livro e das Bibliotecas; em seguida, foi introduzida a disciplina Organização e Administração de Bibliotecas.

Em 1953, o curso passou a ter duração de dois anos, em 1957 passou para três anos, até que, em 1985, o período de duração do curso ficou estipulado em quatro anos, como é até hoje. O currículo do final dos anos 1950 era semelhante ao primeiro Currículo Mínimo do Curso de Biblioteconomia, aprovado em 1962, pelo Conselho Federal de Educação, na esteira da regulamentação da profissão, no que tange a alguns conteúdos e ao tempo de duração do curso.

Da década de 1960 até 1973, houve uma ampliação de conteúdos então entendidos como sendo da "área técnica", com o desdobramento desses conteúdos em várias disciplinas de Catalogação, Bibliografia e Documentação.

No currículo implementado em 1974, uma análise da experiência dos anos anteriores levou a um retorno às sínteses, com redução da carga horária das disciplinas de "caráter puramente técnico" (como catalogação, classificação, bibliografias, etc.), visando dar ênfase às atividades-fim das bibliotecas e serviços de informação para uma formação básica.

Houve, também, a reforma universitária no país, que levou à reforma na UFMG a partir de 1969, envolvendo alterações como: a estruturação dos cursos em disciplinas semestrais, o estabelecimento de pré-requisitos e outros.

Em 1976, o curso passou a fazer parte do Ciclo Básico de Ciências Sociais, que tinha por objetivo uma formação integrada que oferecesse uma visão política, econômica e social do Brasil contemporâneo. A proposta foi questionada por outros cursos e acabou se deteriorando com o tempo. O currículo atual (de 2009) eliminou as disciplinas do Ciclo Básico, mas há demanda de professores por retomada da decisão.

Na versão curricular de 1985, a proposta foi a de desenvolver a competência técnica do aluno com visão crítica da sociedade em que iria atuar. Este currículo teve como influência as intensas e contínuas discussões que levaram à proposta do Currículo Mínimo de Biblioteconomia de 1982, aprovado pelo Conselho Federal de Educação. O anteprojeto, que teve participação intensa dos professores da Escola de Biblioteconomia e foi coordenado por ela, indicava a seguinte estrutura ao curso, posteriormente aprovada: matérias de fundamentação geral, matérias instrumentais e matérias de formação profissional. Além de mudanças substanciais no elenco de disciplinas, a carga didática mínima para a formação do profissional foi ampliada.

A proposta curricular implementada em 1998, incluiu duas ênfases ao curso: Gestão de Coleções e Gestão da Informação. A primeira seria voltada à gestão de acervos em qualquer suporte, envolvendo coleta de documentos, organização da informação e serviços aos usuários; a segunda orientada à prestação de serviços de informação por profissionais autônomos, como as atividades direcionadas ao acesso e uso dos recursos informacionais, em quaisquer formas que se apresentem ou locais em que se encontrem, a depender das demandas. Podemos dizer que as ênfases são herança da ideia de divisão do trabalho em serviços a partir de acervos de bibliotecas e em serviços a partir de quaisquer outros recursos informacionais. Quanto a este currículo, havia interesse em que a diversificação que já vinha acontecendo nos cursos de pós-graduação – tratada adiante – pudesse ocorrer também na graduação, passando a preparar agentes de informação tecnológica, analistas de sistemas de informação, animadores culturais, gerentes de recursos informacionais, administradores de redes e sistemas de informação, entre outros profissionais. As ênfases foram eliminadas no currículo atual.

No currículo de 1998, algumas disciplinas optativas passaram a funcionar na forma de Tópicos Especiais, a partir dos quais poderiam ser oferecidas mais livremente pelos professores, sem os entraves burocráticos de então. Foram propostos, também, os Seminários, na forma de disciplinas de cargas horárias reduzidas e concentradas, voltadas a temas de pesquisa em desenvolvimento pelos professores. Vale citar, ainda, as disciplinas Estágio Supervisionado A e Estágio Supervisionado B, que já haviam sido propostas no currículo anterior (1985). O Estágio Supervisionado B implicava a elaboração de um projeto pelo aluno e sua implantação. Considerando que a disciplina Estágio pressupõe vivência prática da profissão, o Estágio B foi pauta de discussões recentes e voltou a se constituir, como tal, em 2011. Mantém-se, no entanto, lacuna no desenvolvimento efetivo de conteúdos da área de gestão da informação,

voltados à formação do aluno para a elaboração de diagnósticos, seguida da atividade de elaboração de projetos de implantação ou de reformulação de serviços de informação, uma vez que não se desenvolveu metodologia adequada para tal (há uma disciplina que se ocupa especificamente desta atividade, por meio da elaboração de um projeto, realizado em grupo pelos alunos). O tema da área da gestão – essencial para sustentar uma compreensão dos processos de organização da informação – é retomado à frente, quando tratamos da proposta do curso pós-graduação e seu desenvolvimento.

Em 1999, teve início o turno noturno da graduação em Biblioteconomia, passando-se a compor três turmas anuais, sendo turno diurno (manhã e tarde) e noturno, com 40 vagas cada.

O currículo em curso, de 2009, foi revisto, de forma a contemplar disciplinas comuns aos cursos de Arquivologia e de Museologia. Atualmente, tem sido demandada pelos professores uma política baseada em discussão contínua para uma elaboração mais consistente sobre as disciplinas que compõem o núcleo comum dos três cursos e para a retomada de aspectos presentes no currículo anterior de Biblioteconomia.

Análise das disciplinas de Catalogação e relacionadas nas propostas curriculares da graduação em Biblioteconomia

No quadro abaixo (Quadro 1), apresentamos as disciplinas de Catalogação e relacionadas, dispostas em ordem cronológica. Os conteúdos de Catalogação nem sempre constam sob este nome. As disciplinas relacionadas à Catalogação são as de tratamento temático e as de produção de bibliografias e de Documentação, segundo abordagem traçada para a área inicialmente neste artigo. Constam, no quadro, em tópicos próprios antecidos por um traço: disciplinas de Catalogação, de tratamento temático, de Bibliografia e Documentação e, por fim, as disciplinas optativas. As disciplinas relativas aos conteúdos de Catalogação estão em negrito, à exceção das que são de oferecimento optativo. Até 1968, as disciplinas eram anuais; as cargas horárias deste período não foram localizadas, mas inferimos que possuíam, em média, o dobro de horas das seguintes.

Quadro 1 – Disciplinas relativas aos conteúdos de Catalogação e relacionadas nas propostas curriculares da graduação em Biblioteconomia

PERÍODO E DURAÇÃO	DISCIPLINAS DE CATALOGAÇÃO E RELACIONADAS
1950-1952 (1 ano)	- Catalogação - Classificação - Bibliografia e Referência
1953-1956 (2 anos)	- Catalogação I e Catalogação II - Classificação I e II - Bibliografia e Referência I e II
1957-1961 (3 anos)	- Catalogação I, Catalogação II e Catalogação III - Classificação I, II e III - Bibliografia e Referência I e II (em 1961, foi acrescida a disciplina Bibliografia e Referência III), e Documentação
1962-1964 (3 anos)	- Catalogação I e Catalogação II - Classificação I, II e III - Bibliografia Geral e Referência, Bibliografia Especializada I e II, e Documentação

1964-1968 (3 anos)	- Catalogação I, Catalogação II, e Catalogação e Classificação de Materiais Especiais - Classificação I e II - Bibliografia Geral e Referência, Bibliografia Especializada I e II, e Documentação I e II
1968-1974 (3 anos)	- Catalogação I (90 CH), Catalogação II (90 CH) e Catalogação de Materiais Especiais (45CH) - Classificação I e II - Bibliografia, Bibliografia Geral, Bibliografia Especializada I e II, Introdução à Documentação, e Documentação I e II - disciplina optativa (1969): Indexação e Resumo - disciplinas optativas: disciplinas de Bibliografia e Referência em áreas distintas
currículo de 1974 (3 anos)	- Catalogação Descritiva (90 CH), e Catalogação e Classificação (120 CH)⁵ - Indexação - Bibliografia e Referência, Bibliografia Especializada, Bibliografia Brasileira, Introdução à Biblioteconomia e à Documentação, e Documentação - disciplinas optativas: Classificação em Facetas e Tratamento de Materiais Especiais, várias disciplinas de Bibliografia em áreas distintas
currículo de 1985 e ajustes implantados em 1990 (4 anos)	- Tratamento da Informação I (120 CH) (além da catalogação, incluía conteúdos de referencição bibliográfica e índices de livros, catálogos de bibliotecas e bibliografias) e Tratamento da Informação II (120 CH) (envolvia indexação e linguagens de indexação, assim como a produção do catálogo como um todo) - Teoria da Classificação e Indexação - Organização e Controle Bibliográfico da Informação, Fontes de Informação Geral e Fontes de Informação Especializada, Disseminação da Informação, e Elaboração e Apresentação do Trabalho Científico - disciplinas optativas: Processamento Técnico de Coleções Especiais, Materiais Especiais em Biblioteca e Tópicos Especiais em Classificação Bibliográfica
currículo de 1998 (4 anos)	- Tratamento da Informação I (60 CH) (essencialmente catalogação descritiva) - Tratamento da Informação II (análise de assunto), III (linguagens de indexação), IV (sistemas de classificação bibliográfica), V (construção de linguagens de indexação) - disciplinas optativas: Construção de Linguagens de Indexação I e II - Organização e Controle Bibliográfico da Informação, Fontes de Informação Geral e Fontes de Informação Especializada, Serviços de Disseminação da Informação, e Normalização Bibliográfica - disciplinas optativas: oferecidas na forma de Tópicos Especiais, além dos Seminários (oferecidos até 2003)
currículo de 2009 (4 anos)	- Catalogação Descritiva (60 CH) - Análise de Assunto, Sistemas de Classificação: CDD ⁶ , Sistemas de Classificação: CDU ⁷ , Linguagens de Indexação - Organização Bibliográfica Nacional, Introdução às Fontes de Informação, Fontes de Informação para Pesquisadores e Profissionais, Acesso a Fontes de Informação em Meio Digital, Serviços de Disseminação da Informação, e Elaboração e Apresentação do Trabalho Científico - disciplinas optativas: oferecidas na forma de Tópicos Especiais, como no currículo anterior

Fonte: Elaboração da autora, a partir dos textos citados no início deste tópico.

Bibliografia

Conteúdos de Bibliografia foram ganhando espaço no currículo e se especializando até o currículo de 1974, em disciplinas que tratavam de todos os processos documentários, incluindo seleção, descrição, classificação, indexação e elaboração de resumos. A partir do início da década de 1970, as disciplinas passaram a não incluir a produção de bibliografias, mas a atividade de reconhecimento das bibliografias existentes. No currículo de 1985, o nome Bibliografia deixou de ser utilizado e disciplinas que trabalham a identificação e descrição de fontes

⁵ No artigo de Assunção e Fiuza (1974), consta o nome Catalogação e Classificação, enquanto em programas de disciplinas de meados dos anos 1970, consta o nome Classificação e Catalogação.

⁶ CDD: Classificação Decimal de Dewey.

⁷ CDU: Classificação Decimal Universal.

de informação se mantêm até hoje⁸. A disciplina Organização e Controle Bibliográfico da Informação, oferecida desde 1985, mudou sua orientação em 2009, passando a chamar-se Organização Bibliográfica Nacional, ou seja, focando especialmente a realidade brasileira.

Documentação

A disciplina Documentação foi introduzida no currículo em 1957, passou para o número de três disciplinas no decorrer da década de 1960, teve seus conteúdos diminuídos no currículo de 1974, e foi eliminada no currículo de 1985. Os programas das disciplinas de Documentação incluíam tópicos, como: Bibliografia e Biblioteconomia (posteriormente Ciência da Informação, também), problemas da Documentação, conceito de documento e de informação, acesso ao documento e acesso ao conteúdo do documento, normalização de documentos, seleção, classificação, indexação, elaboração de resumos, tesouros, conservação, controle da terminologia em sistemas de recuperação da informação, problemas linguísticos relacionados à tradução, normalização, organização bibliográfica e órgãos internacionais (FID⁹, IFLA) e reprografia e processos de mecanização da busca, incluindo automação de bibliotecas. Esta abordagem e o próprio termo não foram mais usados e reconhecidos na Escola. As últimas disciplinas de Documentação incluíam o conteúdo normalização bibliográfica, o que aponta para sua possível transformação em treinamento para elaboração de referências bibliográficas. Recentemente, alguns professores tratam da Documentação no contexto dos estudos históricos e epistemológicos da Ciência da Informação.

Observamos que os conteúdos dos programas de disciplinas de Bibliografia, mas principalmente os de Documentação, abarcavam a completude dos processos documentários, chegando a duplicar conteúdos entre si e com as disciplinas de Catalogação e Classificação. Estes processos, depois, passaram a compor disciplinas próprias por conta da especialização da Organização da Informação, que se deu até a década de 1990.

Nos cursos brasileiros em geral, atualmente, a Bibliografia é menos trabalhada, enquanto a Documentação foi bastante desenvolvida na pesquisa sobre linguagens documentárias, que teve início nos anos 1980, sendo, nos últimos anos, abordada no contexto dos estudos históricos e epistemológicos sobre Ciência da Informação, como vem ocorrendo também na Escola.

Catalogação

Com duração de um ano, as disciplinas de Catalogação chegaram ao número de três em 1961, ou seja, quando era ministrada em todos os

⁸ Artigo publicado por Hagar Espanha Gomes, em 1976, na revista da Escola (GOMES, 1976), apresenta análise dos conteúdos de Bibliografia dos currículos de 34 cursos brasileiros de Biblioteconomia, a partir do que conclui que o que realmente se ensina é o estudo dos repertórios e não a problemática da Bibliografia.

⁹ FID: Federação Internacional de Informação e Documentação, última denominação da instituição criada por Paul Otlet e Henri La Fontaine em 1895, dissolvida em 2002. Disponível em: <<http://people.ischool.berkeley.edu/~buckland/fidhist.html>>. Acesso em: 25 maio 2013.

anos do curso. Em 1962, apenas duas disciplinas de Catalogação, de 90 horas cada, passaram a ser ministradas.

Até os anos 1970, enquanto as disciplinas de Bibliografia e de Documentação tratavam da atividade de descrição e de tratamento temático, as disciplinas de Catalogação incluíam a catalogação descritiva e a catalogação de assunto, apresentando uma duplicação que se explicava pelo produto em questão (bibliografia ou catálogo de biblioteca). No currículo de 1974, é que foi proposta, pela primeira vez, uma disciplina exclusiva de Catalogação Descritiva, ou seja, foram retirados os conteúdos de tratamento temático. No mesmo currículo, a disciplina Catalogação e Classificação tratava da produção do catálogo da biblioteca, marcando sua distinção com os conteúdos de produção de bibliografias. Em 1985, conteúdos de catalogação, referência bibliográfica, classificação, indexação e instrumentos relacionados eram tratados conjuntamente, somando 240 horas. No currículo de 1998, os conteúdos de Catalogação passaram a ter 60 horas, incluindo apenas a catalogação descritiva, o que se mantém até hoje. Uma disciplina sobre Formato MARC ou incluindo vários formatos e padrões de metadados (Catalogação II) é oferecida, eventualmente, como optativa.

Deste modo, podemos dizer que os conteúdos de Catalogação cresceram ao mesmo tempo em que a duração do curso foi sendo ampliada e, depois, diminuíram sensivelmente, à medida que novos conteúdos foram inseridos. Em 1998, no entanto, houve redução mais drástica para uma disciplina de 60 horas, o que não foi mais alterado. Ainda que, hoje, outras disciplinas perpassem a questão das bases de dados, a dificuldade está colocada pela necessidade de se trabalhar, na disciplina Catalogação Descritiva, conceitos básicos, procedimentos e a longa história de normas e modelos propostos que permite compreender e operar com a atividade de produção e gestão de bases de dados bibliográficos. Acrescente-se a isso a dificuldade de equilibrar, em uma disciplina, aulas expositivas, leitura de textos, e exercícios de reconhecimento de bases de dados e de produção de registros.

Destacamos que os programas de disciplinas de 1964 até 1970 aproximadamente, apresentam: estudo comparativo de códigos de catalogação (ALA¹⁰ e Código da Vaticana), catalogação analítica, problemas de Catalogação e histórico da Catalogação. Já em 1970, apenas o Código de Catalogação Anglo-Americano (AACR) é utilizado, supostamente em função da tradução para a língua portuguesa da primeira edição deste código em 1969. Outro ponto importante é o da presença dos conteúdos denominados ordenação de livros e documentos na disciplina de Classificação até meados dos anos 1970, incluindo a compreensão do caráter unidimensional da classificação bibliográfica, critérios para a construção do código de localização do documento e diversos modelos de código. A partir da década seguinte, a exemplo de outras escolas brasileiras, o tema é limitado ao ensino do número de chamada, segundo o modelo proposto por Cutter, e passa a compor a

¹⁰ ALA: American Library Association.

disciplina Catalogação, com a qual não apresenta relação para além do fato de que este modelo de código envolve parte das regras prescritas no AACR.

Transcrevemos, abaixo, alguns trechos do programa de Catalogação do ano de 1968, elaborado pelas professoras Maria Martha de Carvalho e Anna Helena G. de Andrade Botelho, por ser o de maior elaboração conceitual dentre os programas analisados:

- **Objetivos:** Iniciar o aluno nos princípios básicos que regem a Catalogação, familiarizando-o com os instrumentos de trabalho.
- **Capacitá-lo** da maneira mais integral possível (teórica e praticamente) para que possa desempenhar, com eficácia, suas funções.
- **Inculcar-lhe** o verdadeiro sentido conceitual da catalogação.
- **Metodologia:** Mais do que outras matérias exige a Catalogação um ensino do tipo teórico prático. [...] Há necessidade do trabalho em laboratório, desde que perfeitamente coordenado com a parte teórica.
- **Leituras obrigatórias:** Pela natureza da matéria pode-se correr o risco de que o aluno se limite ao que é exposto pelo professor e aos repertórios utilizados nas práticas. Para evitar este risco serão indispensáveis leituras obrigatórias para cada unidade de programa, que serão analisadas em aula.

Catalogação de materiais especiais (incluindo audiovisuais)

Em 1964, foi incluída a disciplina de Catalogação e Classificação de Materiais Especiais. No currículo de 1974, este conteúdo deixou de ter oferecimento obrigatório, constando como disciplina optativa, como ocorre até hoje. Observamos que a distinção entre os diversos tipos de materiais não-livro, em especial os materiais audiovisuais que apresentam características próprias, não foram contempladas efetivamente na graduação, embora isso tenha ocorrido desde a década de 1960, de modo disperso, em várias disciplinas ou em disciplinas optativas oferecidas eventualmente.

Tratamento temático da informação

Como dissemos, conteúdos de tratamento temático repetiram-se nas disciplinas de Classificação¹¹, Bibliografia e Documentação, até que foram completamente extintas na década de 1980.

¹¹ Vale observar que a classificação bibliográfica não é exclusivamente atividade de representação temática, ou seja, relativa a assuntos, já que a ordenação de documentos faz-se de modo mais adequado se forem considerados, também, outros critérios, como tipologia documental, tipo de suporte, gênero literário, etc., a depender dos documentos e dos públicos.

A disciplina Prática Bibliotecária, ministrada na década de 1960, incluía como atividade a produção de abstracts de artigos. Em 1969, foi oferecida uma disciplina optativa chamada Indexação e Resumo. Em 1974, a disciplina Indexação foi introduzida na carga obrigatória do curso, mas a atividade de elaboração de resumos não foi mais explicitada em nome de disciplina (em 1998, a atividade de elaboração de resumos compunha a disciplina Tratamento da Informação II, depois foi transferida para um dos Seminários – atividade de curta duração, já citada – sobre Normalização Bibliográfica e, agora, é item da disciplina Análise de Assunto).

Em 1985, já se trabalhava com disciplinas denominadas linguagens de indexação e teoria de classificação, mas foi o currículo de 1998 que alterou a concepção do tratamento temático no curso, ao realizar detalhamento e aprofundamento dos processos e instrumentos do tratamento temático em sintonia com o avanço do conhecimento então em curso no Brasil, em especial quanto ao estudo de tesouros, incluindo sua produção e gestão. Esta concepção foi significativamente revista no currículo atual, de 2009, supostamente em função do tema dos tesouros, embora proposto em 1998, não ter se desenvolvido quanto aos seus fundamentos e metodologias para construção. O novo arranjo implementado caracterizou orientação contrária àquela do currículo anterior, retomando parte das concepções adotadas até o currículo de 1985, no que tange à ênfase à classificação bibliográfica e ao uso dos instrumentos relacionados. Esse novo arranjo privilegiou o treinamento para a ordenação de livros a partir de dois instrumentos classificatórios, em detrimento de uma abordagem teórica das linguagens documentárias, das metodologias para sua construção e das atividades para tal. O pensamento que predominou foi implementado por meio das disciplinas Sistemas de Classificação: CDD e Sistemas de Classificação: CDU, e duas disciplinas optativas chamadas Prática em Classificação: CDD e Prática em Classificação: CDU. Já a disciplina obrigatória Tratamento da Informação V, sobre construção de linguagens de indexação, foi eliminada, assim como as duas disciplinas optativas de aprofundamento sobre estes conteúdos, presentes no currículo de 1998.

Identificamos, também, no currículo atual, inversão no oferecimento de duas disciplinas, que decorreu em certo nível de comprometimento da elaboração cognitiva do aluno, para a compreensão dos processos de organização da informação, qual seja: primeiramente é oferecida a disciplinas Análise de Assunto e, no semestre seguinte, são oferecidas as disciplinas Catalogação Descritiva e Linguagens de Indexação. Como dissemos inicialmente, os conteúdos de Catalogação referem-se à produção do registro da base de dados, que identifica um documento para, posteriormente, trabalhar-se com a atribuição de conteúdos temáticos deste documento.

O oferecimento eventual de disciplinas optativas de Organização da Informação às três turmas do curso, assim como a dificuldade de

distribuição semestral destas disciplinas entre os professores, tem demonstrado que não há professores em número suficiente para as demandas da Escola para estes conteúdos. A proposta dos Tópicos Especiais, em 1998, levou a que muitas disciplinas que passaram a ser optativas não ficassem explícitas no currículo; o mesmo vale quanto aos Seminários. Deste modo, disciplinas como Catalogação II, Construção de Linguagens de Indexação e Tratamento de Materiais Especiais, assim como muitas outras, são eventualmente ministradas e não são visualizadas como componentes curriculares.

Parte dos conteúdos de Organização da Informação é atualmente abordada sob o ponto de vista da Ciência da Computação, como no caso de conteúdos de modelagem de bancos de dados, padrões de metadados, bibliotecas digitais, taxonomias e ontologias. Ainda que essa perspectiva seja importante e necessária, o modo de sua realização tem levado à dispersão conceitual e variações terminológicas que dificultam a produção de sentido pelo aluno.

Todos estes pontos estão sendo pleiteados para compor a pauta de discussões de revisão do currículo.

3.3 Produção acadêmica na graduação: trabalhos de conclusão de curso

Os trabalhos de conclusão de curso compuseram a graduação como atividade obrigatória entre 1956 a 1974, quando o curso tinha três anos de duração¹².

As tipologias do trabalho eram monografias temáticas propriamente ditas, algumas com relatos de experiência, mas, também, bibliografias temáticas, de coleções ou das obras de autores, catálogos de materiais de bibliotecas e índices de publicações. Portanto, eram realizados tanto trabalhos da prática profissional (ou seja, produtos documentários como bibliografias e índices), quanto trabalhos de pesquisa acadêmica (monografias). Alguns trabalhos foram publicados em parte ou no todo, na revista da Escola.

Quanto às monografias, as que tratam de temas que se aproximam da Organização da Informação são as que seguem, segundo análise que fizemos da lista apresentada por Caldeira e Freitas (1973):

- histórico e estudos das técnicas de elaboração de bibliografias e de índices especializados;
- caracterização e tratamento de materiais como obras raras, mapas, microfilmes, audiovisuais, patentes;
- organização da informação e demais atividades realizadas em bibliotecas públicas, infantis, infanto-

¹² O período indicado foi baseado: na lista dos trabalhos de conclusão de curso produzidos entre 1956 e 1972, publicada por Caldeira e Freitas (1973); nos trabalhos encontrados na biblioteca da Escola, os quais foram produzidos entre 1959 e 1974; e na observação da ausência da atividade no currículo de 1974.

juvenis, escolares, universitárias e especializadas, além de outras como rurais e religiosas;

- atividades cooperativas de organização da informação, incluindo estudo do catálogo coletivo;
- papel, história, operação, e vantagens e limites do catálogo sistemático;
- indexação e elaboração de resumos, e processos de mecanização de resumos;
- tradução automática e tradução como um problema linguístico para a prática documentária;
- recuperação da informação em sistemas “manuais”, mecânicos e eletrônicos; e
- em termos mais abrangentes: conceituação, histórico, instituições e programas (FID, IBBD, UNISIST¹³) e desenvolvimento da Documentação e suas atividades de cooperação internacional, além de estudos sobre os serviços dos centros de documentação e estudo conceitual e histórico da informação científica.

Observamos, nas monografias analisadas, conceitos básicos e histórico do tema, precedendo e fundamentando o relato de experiência, quando era o caso. Chama a atenção a clareza e qualidade do texto, que faziam jus aos critérios científicos esperados para este tipo de trabalho. Mais que isso, as monografias temáticas representam a história da Biblioteconomia no Brasil, e os relatos de experiência de bibliotecas, centros de documentação e outros serviços da região são, de fato, relatos da história dos mesmos. Já as bibliografias compõem, ainda hoje, o interesse de pesquisadores envolvidos com os conteúdos cujas publicações foram sistematizadas.

O Trabalho de Conclusão de Curso foi eliminado como atividade da graduação em Biblioteconomia em 1974, como dissemos, pois a mesma estaria sobrecarregando a agenda dos professores e a intenção de criar o curso de pós-graduação deixaria para este a função de formar pesquisadores, enquanto a graduação focaria sua atenção na formação de profissionais¹⁴. Os trabalhos produzidos foram descartados pela Biblioteca da Escola na década de 1970, por serem desenvolvidos por alunos; atualmente, um projeto da Biblioteca, com apoio da autora deste artigo, busca recuperá-los.

A atividade de elaboração de monografia é atividade optativa do currículo atual, implantado em 2009. Alguns alunos vinham sendo

¹³ UNISIST: United Nations International System for Information in Science and Technology.

¹⁴ Contudo, como demonstrado à frente, a proposta inicial do curso de pós-graduação também privilegiou a formação de profissionais, especificamente o gestor da biblioteca que estaria habilitado, portanto, a uma gestão científica da mesma.

preparados para esta atividade e, no primeiro semestre de 2013, a mesma foi formalizada por meio do oferecimento da disciplina Monografia D: Orientação Metodológica, que será seguida da disciplina Monografia D: Orientação Temática.

A elaboração de monografia como atividade de conclusão de curso é atividade obrigatória na maior parte dos cursos de graduação em Biblioteconomia do Brasil. Articulada às outras disciplinas, a atividade é realizada com o objetivo de fomentar tanto a formação profissional quanto a formação para a pesquisa, ao desenvolver o raciocínio científico e oferecer a oportunidade de aprofundamento sobre temas de maior interesse do aluno.

4 Pós-Graduação em Ciência da Informação na UFMG

4.1 Constituição e configuração atual do Programa de Pós-Graduação e dos cursos de especialização

No contexto da política do Ministério da Educação para a criação de cursos de Mestrado, por meio da CAPES, ações foram desenvolvidas para a criação de cinco cursos de Mestrado em Biblioteconomia/Ciência da Informação em diferentes Estados, com apoio de consultores estrangeiros. O primeiro mestrado criado foi o do IBBB (atual IBICT), no Rio de Janeiro, em 1970, seguidos dos cursos da UFMG, PUCCamp, UFPb e UnB, entre 1975 e 1978 (VIEIRA, 1990). Além desses, o Mestrado em Comunicação da USP passou a oferecer, a partir de 1972, uma área de concentração em Biblioteconomia e Documentação (GOMES, 2006).

O Curso de Pós-Graduação em Biblioteconomia (Administração de Bibliotecas), nível Mestrado, teve início em 1976, por projeto elaborado e implantado por Etelvina Lima e Anna Soledade Vieira, com apoio de consultoria estrangeira (VIEIRA, 1990). O Curso foi orientado inicialmente para a Administração de Bibliotecas, tendo por base a intenção de formar profissionais. Esperava-se dos futuros mestres que estivessem aptos a realizar a gestão de bibliotecas e, secundariamente, a docência, a direção de escolas de Biblioteconomia e estudos de currículos (UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG, 1975, p. 6-7). Duas áreas de concentração foram assim nomeadas e definidas:

- Biblioteca e Educação: formação de bibliotecários para o planejamento e administração de bibliotecas públicas, escolares e infantis; enfatizava o papel social da biblioteca na comunidade; e
- Biblioteca e Informação Especializada: formação de planejadores e administradores de sistemas de informação especializada.

Quanto às disciplinas inicialmente propostas, não identificamos conteúdos de Catalogação. Localizamos conteúdos de indexação e de linguagens de indexação em disciplinas sobre sistemas de recuperação da

informação que, no entanto, aí alocados, não poderiam receber a mesma atenção, caso estivessem em disciplinas específicas de Organização da Informação.

Em 1991, o Curso de Pós-Graduação em Biblioteconomia teve seu nome alterado para Curso de Pós-Graduação em Ciência da Informação (CPGCI) e foi criada a área de concentração Organização da Informação (PAIM, 2000). A mudança de nome baseava-se no entendimento de que o ambiente da biblioteca era limitante para uma pesquisa sobre a área. Observamos que trabalhou-se, então, no sentido de: contemplar um mercado de trabalho mais diversificado; secundarizar os referenciais que envolvem o ambiente da biblioteca, em prol do elemento "informação"; e inserir conteúdos de diversas áreas que permitissem a ampliação desejada.

Ao mesmo tempo, para atender especificamente os interessados na atualização e aprofundamento para a prática profissional, foi criado, em nível de especialização, o Curso de Gerência de Recursos Informativos, em 1990. O novo Curso teria gerado algum desconforto quanto aos lugares a serem ocupados em uma configuração dada pela relação entre Biblioteconomia e Gerência de Recursos Informativos (GRI). Segundo a autora que relata a criação do curso (VIEIRA, 1990), o conhecimento e a experiência trazidos dos Estados Unidos por ela chocavam-se com o localismo conservador, uma vez que o Curso era emblema de mudanças contemporâneas. Atualmente, a Escola oferece o Curso de Especialização em Gestão Estratégica da Informação. O modo de inserção dos conteúdos de gestão nos projetos da Escola perpassa esta análise, uma vez que influi nas possibilidades de se constituir o tema da Organização da Informação e contribui ou não para consolidar o conhecimento que é objeto da Escola e que sustenta suas ações, motivo pelo qual tratamos do tema no decorrer do texto.

O Doutorado teve início em 1997, ano em que o Curso passou a chamar-se Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI/UFMG). Até este momento, havia no Brasil apenas o curso de Doutorado da USP, de 1980, e o do IBICT, de 1992 (SOUZA, F., 2009, p. 184). Posteriormente à aprovação do Doutorado na Escola, foi criada a área de concentração Produção, Organização e Utilização da Informação e as linhas de pesquisa: Informação e Sociedade; Informação Gerencial e Tecnológica; e Tratamento da Informação e Bibliometria (PAIM, 2000).

Em 2005, foi criado o Curso de Especialização em Arquitetura e Organização da Informação, visando tratar da organização da informação em contextos digitais.

Atualmente, o PPGCI apresenta a mesma área de concentração (Produção, Organização e Utilização da Informação) e é composto pelas linhas de pesquisa: Informação, Cultura e Sociedade (ICS); Gestão da Informação e do Conhecimento (GIC); e Organização e Uso da Informação (OUI).

Embora pertinentes ao objetivo do artigo, não trataremos aqui do processo que levou à proposta da área de concentração Organização da Informação na pós-graduação, em 1991, nem da proposta e dos resultados do Curso de Especialização sobre o mesmo tema em 2005, uma vez que optamos por detalhar o período que vai até início da década de 1970, como citamos no início do artigo e explicitaremos ao seu final.

4.2 Produção acadêmica na pós-graduação

Para uma análise da produção acadêmica do Programa, partimos do levantamento e análise de teses e dissertações produzidas, considerando o percurso temático da Escola sobre o tema da Catalogação.

Crítérios adotados na seleção das teses e dissertações

Quanto ao período, trabalhamos com o ano de 1978 (ano de defesa da primeira dissertação de Mestrado) até o ano de 2011, sendo que a primeira tese de Doutorado foi defendida em 2000.

Quanto ao recorte temático, os critérios adotados e as etapas realizadas foram as que seguem:

1º recorte: trabalhos que tratam de Organização da Informação;

2º recorte: trabalhos que tratam de modelos de registros de bases de dados, ou seja, excetuando-se os que tratam de representação temática; e

3º recorte: trabalhos que tratam de Catalogação em sentido estrito, ou seja, da representação descritiva; neste momento, foram eliminados os estudos com fins de análise da produção científica, assim como os que tratam de ontologias e taxonomias, e aqueles de abordagem arquivística.

Quanto às fontes utilizadas¹⁵, adotamos: lista de títulos de teses e dissertações do *site* do PPGCI/UFMG; catálogo *online* da Biblioteca da Escola e acervo da mesma de teses e dissertações do PPGCI; e Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFMG. A principal fonte adotada foi a lista do *site* do PPGCI, por ser a mais completa e por dispor de recursos para o acesso às referências dos trabalhos de interesse.

Quanto ao método de exploração dos trabalhos, realizamos leitura do título e do resumo, com consulta ao texto completo do trabalho nos casos em que não foi possível identificar com segurança o tema desenvolvido.

Levantamento e categorização das teses e dissertações:

¹⁵ Todas as fontes citadas podem ser localizadas a partir do site da Escola de Ciência da Informação: <<http://www.eci.ufmg.br/>>. Acesso em: 25 maio 2013.

Do total de **416** teses e dissertações defendidas no Programa entre 1978 a 2011, identificamos **55** trabalhos abordando a temática da Organização da Informação (1º recorte). Dentre esses 55 trabalhos, **33** tratam de modelos de registros de bases de dados (2º recorte). Por fim, dos 33, apenas **nove** trabalhos desenvolvem temas relacionados à Catalogação em sentido estrito (representação descritiva) (3º recorte).

A tabela abaixo apresenta a categorização inicial:

Tabela 1 - Trabalhos produzidos no PPGCI sobre Organização da Informação, modelos de registros de bases de dados e Catalogação em sentido estrito

Temas dos trabalhos	Número de trabalhos	Porcentagem
Todos os temas	416	100%
Organização da Informação	55	13%
Modelos de registros de bases de dados	33	8%
Catalogação em sentido estrito	9	2%

Fonte: Dados da pesquisa.

Deste modo, da produção do Programa até 2011, aproximadamente **13%** dos trabalhos tratam de Organização da Informação, sendo **8%** sobre modelos de registros de bases de dados (Catalogação em sentido amplo) e pouco mais de **2%** sobre Catalogação em sentido estrito.

Dentre os **33** trabalhos sobre modelos de registros de bases de dados, citados acima, realizamos a seguinte categorização:

Tabela 2 – Categorização dos trabalhos sobre modelos de registros de bases de dados

Temas dos trabalhos	Número de trabalhos	Porcentagem
modelos de registros de bases de dados	33	100%
estudos sobre ontologias em geral, com aporte dos estudos de representação temática, ou da Arquivística	12	36,3%
modelos de registros: título uniforme, em <i>sites</i> , estudo de informações para produção de registros, análise de padrões para produção de registros	7	21,2%
modelos de registros sob abordagem arquivística	5	15%
modelos para recuperação por motores de busca ou usando mineração de dados	3	9%
modelos de registros para fins de análise da produção científica	2	6%
estudos sobre taxonomias com aporte dos estudos de representação temática, ou da Arquivística	2	6%
estudo de obras raras, incluindo representação descritiva	1	3%
estudo de uso de catálogo – revisão de literatura sobre princípios de catalogação: dissertação Marysia Fiuza (comentários à frente)	1	3%

Fonte: Dados da pesquisa.

Na tabela 2, acima, um terço dos trabalhos refere-se ao temas das ontologias (36,3%), a concentração de trabalhos sobre Catalogação em sentido restrito encontra-se na terceira linha (modelos de registros:

21,2%) e nas duas últimas linhas (com 3% cada, relativos aos trabalhos mais antigos da lista: de 1980 e 1995, respectivamente).

Constatamos, portanto, que apenas pouco mais de 10% do montante de trabalhos produzidos, desde 1978, tratou de Organização da Informação, dentre os quais, 2% sobre Catalogação em sentido restrito.

Análise das informações

A pesquisa de Gomes (2006) sobre as dissertações produzidas entre 1990 e 1999, no curso de Mestrado em Ciência da Informação da UFMG, apresenta os seguintes resultados: quanto às opções metodológicas, há grande presença de pesquisa empírica e de abordagens quantitativas e, quanto aos procedimentos metodológicos, há 50% de estudos de caso e 5% de pesquisa teórica. Já os temas recorrentes identificados foram: gestão de serviços e unidades de informação (30%); estudos de usuários, demanda e uso da informação e de unidades de informação (23%); e comunicação, divulgação e produção editorial (19%).

Na análise sobre títulos dos trabalhos que fizemos sobre o período anterior à década avaliada por Gomes, ou seja, de 1978 a 1990, observamos, de modo semelhante, a predominância de trabalhos sobre fontes de informação e seu uso e sobre gestão de bibliotecas. Observamos, para todo o período de produção do Programa, a presença ampla de estudos de caso e realização de experimentos.

Apesar do baixo número de trabalhos sobre Organização da Informação, houve crescimento e manutenção da produção a partir de 1999, como mostramos abaixo:

- a primeira dissertação que incluiu conteúdos de Organização da Informação (sobre princípios de Catalogação), embora este não fosse o tema principal, foi defendida em **1980**, por Marysia Fiuza, então professora da Escola;
- a segunda dissertação foi defendida apenas em **1995**, abordou as obras raras, incluindo seu tratamento técnico e foi orientada pela mesma professora;
- a terceira dissertação foi defendida em **1999**, orientada por Lídia Alvarenga, no contexto da Representação Temática, constituindo-se como o primeiro trabalho efetivamente sobre Organização da Informação; daí para frente, a produção sobre Organização da Informação é contínua (frequência anual), em grande medida por conta das orientações de Eduardo Wense Dias;
- o primeiro estudo sobre ontologias (tema que representa aproximadamente 36% da amostra de trabalhos sobre Catalogação como modelos de registros, como dissemos) é a dissertação defendida pelo atual professor da Escola Maurício Barcellos Almeida, em **2002**, sob a orientação de Marcello Peixoto Bax;

- em **2004**, há uma primeira aproximação com o tema da Catalogação com dissertação sobre o panorama nacional de utilização de formato MARC 21 e do protocolo Z39.50, orientada por Beatriz Valadares Cendón;
- o primeiro estudo sobre Catalogação em sentido estrito é de **2005**, e foi a tese defendida pela atual professora Cíntia Azevedo Lourenço, sob a orientação de Lídia Alvarenga; foi o primeiro trabalho no Brasil a tratar do modelo FRBR, seguido do trabalho de Fernanda Passini Moreno, defendido na UnB, no início do ano seguinte; e
- o segundo estudo sobre Catalogação em sentido estrito foi a dissertação que tratou do uso do Título Uniforme em obras musicais, orientada por Lídia Alvarenga e defendida em **2009**.

Resumindo, temos os seguintes destaques no decorrer do tempo: os anos de 1980 e de 1995 e, então, o ano de 1999, quando a produção sobre Organização da Informação passou a ser anual; a partir de 2002, quando tiveram início trabalhos com enfoque tecnológico com alguma aproximação com aspectos da Organização da Informação; e os anos de 2004, 2005 e 2009, com a produção de trabalhos sobre Catalogação em sentido estrito, apontando para uma possível tendência de crescimento da temática.

No geral, o sistema de informação foi estudado como produto finalizado, no caso do uso de fontes de informação ou quanto à sua construção, no caso da abordagem tecnológica. Sob esta abordagem, observamos algum nível de articulação com os processos de Organização da Informação, embora nem sempre sob a orientação de seus fundamentos. A análise permite constatar que os aspectos teóricos e metodológicos de construção e manutenção dos sistemas não foram privilegiados, ou seja, a Organização da Informação foi temática secundária no Programa.

Em termos metodológicos, a predominância da pesquisa empírica e quantitativa como modo privilegiado da pesquisa (eventualmente atendendo à busca por soluções pontuais à prática profissional em áreas diversas) e os métodos descritivos adotados na sua realização, potencializam as dificuldades temáticas de aprofundamento citadas.

Retomando a proposta inicial da pós-graduação, observamos dois aspectos relacionados que são norteadores da mesma: opção por estudos de gestão dos sistemas de informação, que não enfatizam o conhecimento específico relativos aos conteúdos desses sistemas, que envolvem o por que, para quem e como eles são produzidos e geridos; e formação de gerentes (portanto profissionais) em detrimento da formação de pesquisadores (no sentido acadêmico). A primeira opção explica o percurso de desenvolvimento do tema da Organização da Informação na pós-graduação, de sua quase inexistência, passando por forte orientação

tecnológica e/ou normativa, até os esforços mais atuais de fundamentação teórica. Quanto ao segundo item, relativo à formação de gerentes, o mesmo é facilmente observado no perfil de parte dos pós-graduandos da Escola, constituído por profissionais oriundos da Administração e da Ciência da Computação.

5 Pesquisa sobre Catalogação na UFMG

5.1 Alguns dados do cenário nacional sobre a pesquisa em Catalogação

Em monografia de conclusão de curso de especialização da Escola, Silva (2012) levantou os trabalhos dos anais do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB), de 2001 a 2010, com o fim de analisar a produção científica sobre Catalogação neste evento científico nacional. Apenas 1% do total de textos das comunicações orais apresentadas no período estudado corresponde a temáticas relacionadas à Catalogação em sentido estrito. Os assuntos predominantes foram os esquemas de metadados (cinco trabalhos), seguido dos aspectos históricos e conceituais da Catalogação (três) e o modelo FRBR (dois). Registrou-se, também, uma tendência ao crescimento nas discussões do tema após o ano de 2008. Quanto à produção de cada universidade, foi identificado: UNESP e UnB (28% cada) e UFMG (24%), enquanto as outras apresentam menos de 10% da produção total.

Os professores Fernando Modesto da USP e Plácida da Costa Santos da UNESP¹⁶ reforçam a ampla atuação sobre o tema pelo PPGCI da UNESP, por meio da linha de pesquisa denominada Informação e Tecnologia. Segundo Fernando Modesto, entre 2004 e 2012, foram identificados 11 programas com produção sobre Catalogação, sendo que três não são programas de Ciência da Informação. Dentre os 11 programas, na UNESP foram defendidas 11 dissertações e 1 tese, enquanto, nos outros, foram defendidas uma ou duas dissertações e uma tese, quando era o caso.

5.2 Produção técnico-científica dos professores

Buscando indicar a produção técnico-científica dos professores da Escola sobre Catalogação, seguem alguns destes trabalhos¹⁷:

- Marysia Malheiros Fiuza: artigos publicados entre 1978 e 1995 na revista da Escola, parte deles sobre Catalogação em sentido estrito;
- Beatriz Valadares Cendón: tradução do livro O Marc Bibliográfico: um guia introdutório, publicado em 2000;

¹⁶ Trata-se das apresentações destes professores na mesa-redonda sobre pós-graduação do I ENACAT e III EEPC, ocorrido em 2012, que citamos inicialmente.

¹⁷ A exceção dos artigos publicados por Marysia Malheiros Fiuza na revista da Escola, todos os outros trabalhos podem ser localizados por meio do currículo dos professores na Plataforma Lattes do CNPq.

- Gercina Ângela Borém de Oliveira Lima: produção de protótipo hipertextual para ensino do AACR2, em 2000, além de vários trabalhos sobre modelagem conceitual de bibliotecas digitais;
- Lídia Alvarenga: tradução, para a língua portuguesa, em 2006 e 2008, de diversos trabalhos sobre Catalogação produzidos pela IFLA e pela *Library of Congress*, após convite destas instituições, em parceria com os professores Eduardo José Wense Dias, Márcia Milton Vianna e Renato Rocha Souza;
- Renato Rocha Souza: publicações e apresentações em eventos sobre representação e recuperação da informação sob abordagem semântica e tecnológica, desde 1999;
- Maurício Barcellos de Almeida: publicações e apresentações em eventos sobre conversão de registros segundo formato MARC e sobre ontologias, desde o ano de 2002;
- Cíntia Azevedo Lourenço: tese, publicações, e apresentação em evento sobre metadados e modelo FRBR, desde 2006; e
- Cristina Dotta Ortega: publicações e apresentações em eventos sobre aspectos históricos e conceituais da catalogação (quanto à produção de registros de bases de dados), e base de dados segundo padrão AACR2/MARC para uso didático, além de manuais de uso da base de dados e de uso do *software*, desde 2006.

Levando-se em conta os primeiros estudos e publicações sobre Organização da Informação, como um todo, realizados na Escola, destacamos os trabalhos desenvolvidos pela professora Jandira Batista de Assunção, na década de 1970 (1972, 1979, 1989), a qual infelizmente faleceu no início da década seguinte, antes de finalizar sua tese de Doutorado. Seus trabalhos, envolvendo estudos linguísticos para fins de representação e recuperação da informação (como a pesquisa sobre o PRECIS) são emblemáticos, de abordagem apenas depois desenvolvida com maior ênfase no Brasil.

5.3 Contribuição sobre Catalogação pela professora Marysia Malheiros Fiuza

A professora aposentada da Escola, Marysia Malheiros Fiuza, fez o curso da Escola de Biblioteconomia de Minas Gerais no final da década de 1950, trabalhou nas bibliotecas da universidade, foi professora de 1970 a

1990 dos cursos de graduação e de pós-graduação, defendeu dissertação de mestrado em 1980 e publicou artigos na Revista da Escola de 1978 a 1995.

Os trabalhos produzidos distinguem-se pela qualidade do texto, pelas problematizações e articulação de ideias. Ressaltamos que seus trabalhos:

- questionam o ensino de Catalogação e a atividade profissional por conta do apego às normas sem que se verifique sua validade para cada situação;
- evidenciam as dificuldades do ensino da produção de catálogos de bibliotecas, segundo o modelo então adotado;
- mostram clareza no entendimento da função da classificação bibliográfica para a ordenação de documentos;
- colocam em pauta a necessidade da formação do aluno para o atendimento das demandas do mercado para o trato com documentos audiovisuais; e
- representam contribuição à produção científica em língua portuguesa, em especial, a revisão bibliográfica sobre princípios de Catalogação de sua dissertação, depois publicada em dois artigos na Revista da Escola.

Quanto ao último tópico, trata-se de textos que discorrem sobre autores cujas ideias delinearam fundamentos sobre Catalogação, a partir de recorte que demonstra a capacidade da pesquisadora em distinguir obras e autores e fazer escolhas. Entre outros, apresentou as ideias de Panizzi, ampliando a abordagem fortemente presente no Brasil sobre a contribuição de Cutter dos Estados Unidos, embora este seja tributário daquele.

A revisão bibliográfica da dissertação sobre princípios de Catalogação não foi usada diretamente para o estudo de caso realizado na mesma. A dissertação teve como objetivo observar o uso de um catálogo em uma instituição para concluir sobre sua função, e não para promover sua melhoria. Perspectivas deterministas ainda perduram nos trabalhos produzidos no Brasil, como tratamos anteriormente, e merecem ser discutidas.

Fica aqui uma homenagem a esta professora e pesquisadora, cuja obra mantém sua relevância e pertinência no atual cenário nacional.

6 Considerações finais

Desde a década de 1990, aproximadamente, cresceu o interesse internacional pelas pesquisas sobre história e epistemologia da Ciência da Informação. Os conteúdos e bibliografia dos programas de disciplinas da

graduação em Biblioteconomia da Escola, de 1964 até início dos anos 1970, assim como os temas dos trabalhos de conclusão de curso realizados, neste período, correspondem em alguma medida aos das pesquisas citadas. Quanto à Organização da Informação, podemos, também, encontrar equivalência entre os conteúdos tratados neste período na Escola e os estudos posteriormente realizados na área. Deste modo, constatamos que até a década de 1970, o trabalho da Escola em torno dos temas Bibliografia, Biblioteconomia e Documentação, e da recente Ciência da Informação, evidenciam o papel da mesma na história da área no Brasil.

A partir da década de 1970, observamos novas orientações que são emblemáticas do quadro atual da Escola, como segue:

A alteração realizada nas disciplinas de Organização da Informação no currículo de graduação em Biblioteconomia, de 1974, buscou por uma síntese dos conteúdos procedimentais visando o abandono da abordagem tecnicista e a priorização de uma formação geral que subsidiasse os contextos de atuação. No entanto, os programas de disciplinas das décadas seguintes são marcados pelo tecnicismo, pois muitos tópicos foram eliminados ou simplificados, tais como: ordenação ou arranjo de documentos, normalização de documentos, conceito de documento, documentos audiovisuais ou documentos não-livro em geral, elaboração de resumos e tratamento da informação sob aporte dos estudos de linguagem, inclusive para sustentar processos automáticos. A questão da oposição entre uma abordagem técnica ou uma abordagem social ou humanista perpassa a história dos cursos de Biblioteconomia no Brasil e ainda precisa ser discutida. Na década de 1990, observamos maior presença e melhor sistematização dos conteúdos de Organização da Informação na graduação, o que foi alterado na última proposta curricular;

A proposta inicial da pós-graduação, em 1976, com enfoque para a Administração de Bibliotecas, levou em conta a necessidade de formação de profissionais gestores. A orientação gerencial, no entanto, nem sempre observou suficientemente os aspectos específicos da atividade de produção e gestão do sistema e dos serviços, segundo seus conteúdos e públicos-alvo. A mudança posterior – do foco na biblioteca para o foco na informação –, no início dos anos 1990, manteve a opção gerencial feita inicialmente e deslocou o olhar para as Ciências da Administração;

Professores que trabalhavam com Organização da Informação, nas décadas de 1970 e 1980, não fizeram ou não avançaram em seus estudos de pós-graduação, contribuindo para que o ensino e a produção de conhecimento sobre o tema fossem menos intensos e para a não formação de quadros docentes

que continuassem esses estudos. As contribuições realizadas se deram de modo isolado e pontual, ou seja, não foram desenvolvidas e sedimentadas; e

A partir da década de 1970, o abandono da configuração composta pela Biblioteconomia, Bibliografia e Documentação, e o início da polêmica entre Biblioteconomia e/ou Ciência da Informação, somados ao baixo enfrentamento histórico-conceitual dessa questão, tem dificultado a identificação de parâmetros epistemológicos da área que sejam norteadores das atividades de ensino e de pesquisa.

Desse modo, a principal constatação deste trabalho centra-se na identificação de dois períodos da Escola: de meados da década de 1950 até o início da década de 1970, período marcado por base conceitual e histórica dos temas e pela coerência entre os mesmos; e a partir da década de 1970 aos dias atuais, período em que tiveram início ações assim chamadas de ampliação e de abertura (supostamente a partir da ideia de algo que era fechado ou restrito), cujos conteúdos nem sempre se articularam àquilo que se entendia anteriormente como especificidade da área, mas, também, não se articularam entre si em uma nova configuração epistemológica.

A extensão nacional em que se dá a dificuldade de compreensão epistemológica citada acima, relaciona-se ao modo de desenvolvimento de programas de pós-graduação em Ciência da Informação no Brasil, muitas vezes, desarticulados da área de conhecimento que configura a graduação em Biblioteconomia. É comum, ao contrário, que a Ciência da Informação seja considerada mais ampla que a Biblioteconomia – pois esta seria uma instância de formação técnica, não fundamentada teoricamente –, ainda que a pós-graduação seja nível de aprofundamento do conhecimento, não de ampliação. Valeria fazer o exercício de refletir sobre o desenho de um curso de graduação correspondente ao conhecimento que compõe um programa de pós-graduação em Ciência da Informação e, inversamente, de um programa de pós-graduação correspondente ao conhecimento relativo a uma graduação em Biblioteconomia.

As ações de ampliação e de abertura do ensino e da pesquisa na área, a que nos referimos, em detrimento de ações voltadas a problematizar, aprofundar e adensar os referenciais sob os quais se fundamenta, tem comprometido a produção de conhecimento e a formação profissional, assim como possibilidades de interlocução com as abordagens arquivística e museológica. Sob este ponto, a implementação dos cursos de Arquivologia e Museologia na Escola colocou como grandes desafios: a constituição efetiva dos mesmos; a articulação conceitual e procedimental pertinente entre os três cursos de graduação; a formação de recursos humanos em nível de pós-graduação; e a produção de conhecimento. As questões a serem discutidas envolvem relações fundamentais, procedimentais e pragmáticas entre as abordagens

bibliográfica, arquivística e museológica, menos que estudos segmentados entre soluções técnicas usuais e seus contextos de aplicação e que o conjunto dos conteúdos desarticulados entre si, que compõem parte da pesquisa em Ciência da Informação.

Para compreender um pouco mais o lugar da Organização da Informação na Escola, faz-se necessário considerar o questionamento da predominância da instituição biblioteca que, depois configurou-se em uma dicotomia entre o ambiente da biblioteca e os ambientes organizacionais em geral. Reiteramos que o foco na gestão das organizações e em seus sistemas informatizados contou com a biblioteca como uma organização entre outras a ser estudada, desconsiderando a especificidade desta e de outras instituições e serviços bibliográficos e arquivísticos, cujas particularidades devem ser compreendidas para uma proposta gerencial pertinente.

A ideia de Organização da Informação na Escola como a “parte específica” da Ciência da Informação que, aparentemente, coloca aquela em relevo, promove o efeito contrário, pois a segmenta e isola. Essa ideia deflagra orientação essencialmente normativa e fora de uma observação devida da historicidade e dos contextos técnicos, políticos e econômicos de produção das normas, motivo pelo qual apenas um grupo de normas é considerado. Como decorrência dessa orientação normativa, as outras subáreas da Ciência da Informação não encontram terreno fértil para se constituir de modo articulado às especificidades da Organização da Informação. Se a orientação normativa da Organização da Informação contribui para o esvaziamento das outras subáreas, este esvaziamento reforça a orientação normativa da Organização da Informação.

Segundo analisamos, pouco mais que 10% dos trabalhos produzidos em nível de pós-graduação na Escola tratam de Organização da Informação e menos trabalhos ainda abordam a concepção de modelos de registros de bases de dados. Quanto à pesquisa propriamente, ou seja, aquela realizada pelos professores da Escola, os números são ainda menos expressivos.

Neste sentido, é que especulamos que o desenvolvimento secundário da Organização da Informação diminuiu as possibilidades de consolidação do núcleo duro da Ciência da Informação, enquanto polo orientador das subáreas que a compõem. A questão é que, se sistemas e serviços de informação – sua função, fundamentos e metodologias de produção e gestão –, na perspectiva da mediação da informação, passaram a ser secundários ou simplificados como objeto de estudo e de ensino na Escola depois da década de 1970, a compreensão da área e sua atuação nela pode estar comprometida.

Atualmente, embora apresentando número de professores baixo para a demanda da Escola, para o ensino em nível de graduação e de pós-graduação, e ainda reconhecendo a necessidade de ampliação de conteúdos a serem ministrados nos cursos, o grupo de professores de Organização da Informação está mobilizado. Nos últimos anos, esses

professores têm trabalhado na formação de alunos desde a iniciação científica até o nível da pós-graduação, em uma política clara de formação de recursos humanos a médio e longo prazo para a Escola e para as demais escolas do país. Além disso, está na pauta a discussão sobre os conteúdos do currículo de graduação em Biblioteconomia e os problemas que precisam ser sanados.

O momento que se coloca, na Escola, mas, também, no país, é o da necessidade de ressignificação dos estudos de Organização da Informação, simultaneamente à articulação com as demais subáreas da Ciência da Informação, enquanto movimento que favorece a pesquisa e a formação profissional, assim como a contínua consolidação institucional de escolas e cursos.

Referências

ABREU, V. L. F. G.; CAMPELLO, B. S. Graduação em biblioteconomia: a formação do profissional da informação para o Século XXI. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 5, n. especial, p. 93-103, 2000.

ABREU, V. L. F. G.; CAMPELLO, B. S. Seminários concentrados: uma forma de flexibilizar o tempo escolar. In: RODRIGUES, M. E. F.; CAMPELLO, B. S. *A (re)significação do processo de ensino/aprendizagem em Biblioteconomia e Ciência da Informação: novas abordagens didático-pedagógicas*. Niterói: Intertexto; Rio de Janeiro: Interciência, 2004. p. 61-74.

ASSUNÇÃO, J. B. de. *Projeto de um sistema de classificação bibliográfica analítica-sintético (ou facetado) para a indexação e recuperação de informações em biologia*. 1972. 110 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Instituto Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1972.

ASSUNÇÃO, J. B. de. Lexicografia: uma introdução ao estudo de dicionários. *Revista Brasileira de Bibliografia e Documentação*, São Paulo, v. 12, n. 1/2, p. 39-50, 1979.

ASSUNÇÃO, J. B. de. PRECIS em português: em busca de uma adaptação. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, v. 18, n. 2, p. 154-156. Material organizado por Anna Maria Cintra e publicado após o falecimento da autora, 1989.

ASSUNÇÃO, J. B. de; FIUZA, M. M. Reformulação do currículo do Curso da escola de Biblioteconomia da UFMG. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, v. 3, n. 2, p. 218-233, 1974.

BARBOSA, R. R. *et al.* Novo nome e novo paradigma: da biblioteconomia à ciência da informação. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 5, n. especial, p. 81-91, 2000.

CALDEIRA, P. da T.; FREITAS, S. M. P. de. Trabalho de conclusão de curso. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, v. 2, n. 1, p. 86-138, 1973.

CESARINO, M. A. da N. O ensino de Biblioteconomia: um currículo a ser mudado. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, v. 2, n. 1, p. 43-59, 1973.

CESARINO, M. A. da N.; VIANNA, M. M. O Curso de Graduação em Biblioteconomia da UFMG. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, v. 19, n. especial, p. 37-67, 1990.

GOMES, H. E. O ensino de Bibliografia. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, v. 5. N. 1, p. 93-104, 1976.

GOMES, M. Y. F. S. de F. Dissertações defendidas no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFMG, na década de 1990: um balanço. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 11, n. 3, p. 318-334, 2006.

KREMER, J. M. Cronologia da Escola de Biblioteconomia da UFMG – 1950/2000. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 5, n. especial, p. 17-23, 2000.

PAIM, Í. A ciência da informação na UFMG: a trajetória do programa de pós-graduação. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 5, n. especial, p. 105-110, 2000.

SILVA, N. de P. *Panorama dos estudos de catalogação descritiva no Brasil: análise da produção científica apresentada no ENANCIB entre 2001 e 2010*. 45 f. Monografia (Curso de Especialização em Arquitetura e Organização da Informação) - Escola de Ciência da Informação – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2012.

SOUZA, F. das Chagas de. *O ensino de Biblioteconomia no contexto brasileiro: século XX*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2009

SOUZA, J. de B. B. Uma mulher mineira: a construção de um ideal. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 5, n. especial, p. 25-37, 2000.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG). Escola de Biblioteconomia da UFMG. *Projeto do curso de pós-graduação em Administração de Bibliotecas*. Belo Horizonte, 1975.

VIEIRA, A. da S. A Pós-Graduação na EB/UFMG: memória e perspectivas. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, v. 19, n. especial, p. 68-79, 1990.

Outras fontes consultadas

graduação em Biblioteconomia: esquemas das disciplinas por ano (e por semestre, depois de 1969) dos currículos de 1950 a 1974; programas de disciplinas de 1964 a 2012; e projetos pedagógicos de 1998 e de 2009.

pós-graduação em Ciência da Informação: relatórios CAPES do
PPGCI/UFMG.